

Entre o público e o privado

Gestão, preservação e acesso ao acervo documental do Monumento ao Cristo Redentor

Between the public and the private: management,
preservation and access to the documentary holdings of
the Christ the Redeemer Monument

Paulo Roberto Gentil Leal

Doutorando em História, Política e Bens Culturais pela FGV-CPDOC

Integrante do Programa Continuoado de Atualização do DHBB-FGV

Pesquisador no Núcleo de Acervo e Memória do Sant. Arquidiocesano Cristo Redentor

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1303345197521336>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8646-0889>

E-mail: leal.paulo1964@gmail.com

[Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro](#). N. 31, 2026, P. 290-322. DOI: 10.65625/0sj09e05.



Este trabalho está licenciado sob uma licença
[Creative Commons Attribution 4.0 International License](#).

RESUMO: Este artigo examina como gestão, preservação e acesso se articulam no tratamento do universo documental relativo ao Monumento ao Cristo Redentor, marcado por longa duração, custódia dispersa e múltipla proveniência. Os objetivos específicos são mapear os conjuntos documentais e seus custodiadores à luz do princípio da proveniência, analisar os desafios decorrentes dessa configuração e delimitar a noção de camada documental embutida na obra construída. A pesquisa, qualitativa e exploratório-descritiva, é um estudo de caso que combina pesquisa bibliográfica, análise de instrumentos de pesquisa e pesquisa documental em fontes primárias e hemerográficas. Os resultados indicam que esse universo não constitui fundo unitário, mas conjunto de fundos de proveniências distintas, sob gestão fragmentada, e sustentam a proposição de que as três funções operam em interdependência, em diálogo com o records continuum. Propõe-se, ainda, a delimitação da camada documental embutida a partir das inscrições no verso das tesselas de pedra-sabão do revestimento.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio da proveniência; gestão de documentos; Cristo Redentor.

ABSTRACT: This article examines how records management, preservation and access interrelate in the treatment of the documentary universe relating to the Christ the Redeemer Monument, characterized by long duration, dispersed custody and multiple provenance. The specific objectives are to map the documentary groups and their custodians in light of the principle of provenance, to analyze the challenges arising from this configuration, and to delimit the notion of a documentary layer embedded in the built work. The research, qualitative and exploratory-descriptive, is a case study combining bibliographic research, analysis of finding aids, and documentary research in primary and newspaper sources. The results indicate that this universe is not a single fonds but a set of fonds of distinct provenance under fragmented management, and support the proposition that the three functions operate interdependently, in dialogue with the records continuum model. The article also proposes a delimitation of the embedded documentary layer based on the inscriptions on the back of the soapstone tesserae of the monument's cladding.

KEYWORDS: Principle of provenance; records management; Christ the Redeemer.

Introdução

O Monumento ao Cristo Redentor, inaugurado em 12 de outubro de 1931 no alto do Corcovado, ocupa na paisagem cultural carioca e brasileira lugar simbólico de tal centralidade que sua existência material parece dispensar reflexão arquivística. Essa familiaridade decorre de sua presença persistente nas representações urbanas, religiosas e turísticas do Rio de Janeiro e de sua integração à paisagem cultural carioca reconhecida pela UNESCO em 2012. Paradoxalmente, ela opera como obstáculo ao tratamento sistemático da documentação que sustenta a existência institucional do monumento, documentação constituída ao longo de mais de um século, atravessada por regimes políticos, institucionais e tecnológicos sucessivos e distribuída entre produtores e custodiadores de naturezas jurídicas distintas.

O problema que orienta a pesquisa pode ser assim formulado: como se articulam a gestão, a preservação e o acesso quando o objeto arquivístico não corresponde a um fundo delimitado, mas a documentos de múltipla proveniência reunidos pela referência comum a um bem cultural? O objetivo geral do artigo é examinar essa articulação a partir do caso do Cristo Redentor. São objetivos específicos: (a) mapear, em caráter exploratório, os conjuntos documentais relacionados ao monumento, identificando seus produtores, custodiadores e regimes de acesso; (b) distinguir, à luz do princípio da proveniência, o que a expressão corrente “acervo do Cristo Redentor” reúne sob designação única; (c) analisar os desafios de gestão, preservação e acesso decorrentes dessa configuração; e (d) delimitar conceitualmente a noção de camada documental embutida na obra construída.

A proposição que estrutura o trabalho é a de que, nesse tipo de configuração, gestão, preservação e acesso não operam de modo sequencial, mas em regime de interdependência, leitura que dialoga com o modelo do *records continuum*

(Upward, 1996). Trata-se de proposição analítica sustentada pelo caso, cuja relevância decorre da longa duração da história documental, da heterogeneidade dos produtores, da dispersão da custódia entre instituições brasileiras e francesas, públicas e privadas, e da coexistência de suportes que vão de impressos do século XIX a documentos nato-digitais.

A pesquisa, detalhada na seção 2, é conduzida a partir da inserção institucional do autor no Núcleo de Acervo e Memória do Santuário, condição explicitada como recurso de acesso às fontes e como posição que exige vigilância crítica (Farge, 2022).

O artigo organiza-se em seis seções além desta introdução: a segunda apresenta os procedimentos metodológicos; a terceira, o panorama histórico-documental e o mapeamento dos conjuntos à luz da proveniência; a quarta, a gestão de documentos; a quinta, a preservação e a delimitação da camada documental embutida; a sexta, o acesso e a difusão; seguem-se as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, e adota o estudo de caso como estratégia de investigação. O caso é o universo documental relativo ao Monumento ao Cristo Redentor, delimitado entre 1888, ano da primeira iniciativa documentada de instalação de uma estátua no Corcovado, e 2025, ano de lançamento do projeto Olhar do Redentor.

O mapeamento desenvolveu-se em três etapas. A primeira consistiu em levantamento bibliográfico em duas frentes: a literatura arquivística sobre gestão, preservação, acesso e proveniência, e a literatura sobre o monumento (Alvarez, 2021; Giumbelli, 2008, 2014, 2020; Machado, 1997; Milione; Loureiro,

2025), da qual se extraíram referências a documentos e custodiadores. A segunda consistiu na consulta a instrumentos de pesquisa das instituições identificadas, em particular o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). A terceira consistiu em pesquisa documental direta, realizada entre julho de 2023 e julho de 2026, no Arquivo do Museu da República, no Núcleo de Acervo e Memória do Santuário, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, e em pesquisa hemerográfica na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com recorte no *Jornal do Commercio*, em *O Paiz*, no *Jornal do Brasil*, no *Correio da Manhã* e em *A Noite*, e no Acervo *O Globo*.

Foram incluídos no mapeamento os conjuntos que atendem a dois critérios: (a) documentos produzidos ou recebidos no curso de atividades de concepção, financiamento, construção, gestão, proteção ou mediação do monumento; (b) custódia identificável ou, na sua ausência, referência documental verificável. Para distinguir evidência de inferência, cada conjunto foi classificado segundo o grau de verificação alcançado: nível 1, consultado diretamente pelo autor; nível 2, identificado em instrumento de pesquisa ou em reprodução publicada com origem identificada, sem consulta ao original; nível 3, referido pela literatura, sem confirmação de localização ou custódia. O Quadro 1, apresentado ao final da seção 3, sintetiza o resultado.

A inserção institucional do autor implica vantagens de acesso e riscos de leitura. As vantagens incluem a consulta a documentação ainda não descrita e o contato com os processos de identificação em curso. Os riscos incluem a tendência a tomar a perspectiva do custodiador como perspectiva do conjunto. Esse segundo aspecto foi enfrentado pela explicitação do nível de verificação de cada informação e pela declaração, ao longo do texto, das situações em que não localizamos documentação comprobatória. Registra-se, ainda, que o autor participou do projeto *Olhar do Redentor*, examinado na seção 6, como

historiador e pesquisador, nas etapas de pesquisa, roteiro e curadoria. Por essa razão, a análise do projeto distingue sua descrição, apoiada na documentação do Instituto Redemptor, da avaliação de seu alcance, apresentada como proposição.

O monumento e sua documentação: panorama histórico-documental e mapeamento à luz da proveniência

Trajetória histórico-documental do monumento

A trajetória documental do monumento antecede em três décadas a articulação institucional de 1921. Em 25 de julho de 1888, dois meses após a Abolição, uma comissão formada pela Sociedade Brasileira de Beneficência de Paris, pela Companhia da Estrada de Ferro do Corcovado e pelo jornal O Paiz encomendou à Casa Raffl, então conduzida por Verrebout, na condição de sucessor, uma estátua em bronze destinada ao alto do Corcovado, em homenagem à Princesa Isabel (Alvarez, 2021; Nedehf, 2006). Um anúncio da casa publicado no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1889 reproduz o projeto da estátua (Almanak..., 1889, p. 1716 apud Nedehf, 2006, p. 274), o que atesta sua existência e divulgação pública no período¹. Com a Proclamação da República, o projeto enfrentou a oposição de setores republicanos e positivistas à instalação de monumento religioso em terreno público, sob o novo regime de separação entre Igreja e Estado (Alvarez, 2021; Nedehf, 2006).

Do ponto de vista arquivístico, o projeto de 1888 interessa menos pela precedência cronológica do que pelo estado de sua documentação. O anúncio

¹ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO IMPERIO DO BRAZIL PARA 1889. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1889. p. 1716. Consultado em reprodução (Nedehf, 2006, p. 274). A fórmula “Casa Raffl Verrebout, Sucessor”, registrada no Almanak, indica, segundo o uso comercial do período, que o estabelecimento fundado por Raffl era então conduzido por Verrebout. A literatura sobre o monumento refere-se à firma como “Casa Raffl Verrebout”.

da Casa Raffl atesta a existência do projeto e sua divulgação pública. Não localizamos, contudo, registro da execução da estátua nem de seu destino após a Proclamação da República. Essa ausência configura lacuna documental: integra o universo documental do monumento como silêncio, e não como pré-história externa a ele. Na formulação de Gonçalves (2005), a ressonância de um bem cultural inclui também os projetos que não se realizaram. A leitura aqui proposta é interpretativa; o dado empírico é a ausência de localização.

A ideia de uma grande imagem religiosa no alto do Corcovado continuou a circular após o fracasso do projeto imperial. Em 1903, no prólogo à edição de *A Imitação de Cristo*, o padre lazarista francês Pierre Marie Boss registrou a percepção do Corcovado como pedestal natural para uma grande imagem religiosa (Boss, 1903). Não localizamos registro anterior ao prólogo de 1903.

Segundo Alvarez (2021, p. 64-70), a retomada ocorre em 1921, quando o General Pedro Carolino Pinto de Almeida apresenta a proposta ao Círculo Católico, associação de leigos presidida pelo Conde Afonso Celso, com aprovação do Cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e no contexto das comemorações do Centenário da Independência. O concurso de projetos promovido pelo Círculo Católico, do qual participaram, entre outros, Adolpho Morales de los Rios, José Agostinho dos Reis e Heitor da Silva Costa, teve como vencedora a proposta deste último, que previa inicialmente a figura do Cristo segurando o globo terrestre e a cruz. A reformulação que conduziu à figura de braços abertos foi solicitada por Dom Sebastião Leme, então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. A forma definitiva inscreve-se no vocabulário do Art Déco, então em consolidação, que a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris em 1925, viria a consagrar.

A participação de Carlos Oswald na reformulação é registrada em reportagem de O Globo publicada por ocasião do cinquentenário do monumento, em 1981 (No alto..., 1981, p. 16). A Collection Paul Landowski conserva desenho de Oswald relativo ao projeto (Collection Paul Landowski, [20--]), o que atesta a circulação de seus estudos entre os agentes da concepção. O grau de sua autoria, contudo, permanece objeto de controvérsia, e não localizamos registro contemporâneo à reformulação que o precise. Os instrumentos jurídicos de 1925, examinados adiante, atribuem a concepção a Silva Costa.

A obtenção do terreno da União no alto do Corcovado constituiu o segundo flanco institucional do projeto. Diante de resistências à transferência, fundadas na separação entre Igreja e Estado, uma campanha de abaixo-assinado liderada por mulheres católicas reuniu mais de trinta mil assinaturas, entregues ao presidente Epitácio Pessoa. O livro com as assinaturas encontra-se no Fundo Epitácio Pessoa, do Arquivo do Museu da República, conforme consulta direta realizada pelo autor em 1º de março de 2024. A autorização foi concedida em 1922, e a pedra fundamental foi lançada em 4 de outubro do mesmo ano (Christo..., 1922, p. 1; Correio da Manhã, 5 out. 1922; Jornal do Commercio, 5 out. 1922)². Há, nesse episódio, uma sobreposição arquivisticamente significativa: o sítio onde a República acabaria por autorizar o monumento religioso era aquele em que, três décadas antes, a oposição republicana e positivista havia inviabilizado o projeto imperial.

O financiamento articulou-se em torno da Semana do Monumento, de 2 a 9 de setembro de 1923, com cobertura sistemática no Correio da Manhã. As apurações diárias publicadas pelo jornal nesse período, organizadas por paróquia e com os nomes dos contribuintes, registram, ao lado de doações expressivas, contribuições de agentes habitualmente invisibilizados nos

² Parte da literatura e da imprensa posterior situa o lançamento da pedra fundamental em abril de 1922. Adotamos a data registrada pela imprensa contemporânea ao evento.

registros institucionais, entre os quais uma coleta entre os sentenciados da Casa de Correção e uma contribuição dos indígenas Bororo (Correio da Manhã, 2-9 set. 1923). Esses registros sugerem que a documentação das campanhas de arrecadação pode oferecer testemunho da extensão social da mobilização, hipótese cuja verificação depende do exame sistemático do conjunto. Não localizamos os registros contábeis originais da Comissão, dos quais as listas publicadas seriam a face pública. O custo total do monumento, da ordem de 2.076 contos de réis³, foi coberto majoritariamente por contribuições privadas, dado com consequência arquivística direta: explica por que os conjuntos primários gerados pela construção têm proveniência eclesiástica e civil, e não estatal.

A fase de projeto e construção, entre 1924 e 1931, produziu a documentação mais densa e heterogênea, articulando documentação técnica de projeto, instrumentos jurídicos de cessão autoral, registros do canteiro de obras e cobertura jornalística. Em março de 1924, Silva Costa partiu para a Europa com os desenhos do projeto reformulado, e ali se associou ao escultor Paul Maximilien Landowski (Alvarez, 2021). Para os cálculos estruturais, contratou a firma francesa Pelnard-Considère et Caquot, a cargo do engenheiro Albert Caquot, responsável pela concepção da estrutura interna em concreto armado. Não localizamos a documentação técnica produzida por Caquot para o monumento. O estudo biográfico elaborado por seus descendentes com base em seu diário pessoal (Kerisel; Kerisel, 2001) indica a existência de registros pessoais do engenheiro, cuja custódia atual não identificamos. A simples enumeração dessas fontes evidencia uma característica estrutural da documentação técnica: ela é transatlântica, distribuindo-se entre o Brasil e a França.

³ Conforme o relatório final da Comissão Executiva do Monumento, publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 out. 1931.

O eixo jurídico-autoral articula-se em dois instrumentos de 1925, custodiados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e conhecidos por meio da transcrição publicada por Milione e Loureiro (2025). Em 14 de fevereiro, Paul Landowski firmou, em seu ateliê em Boulogne-sur-Seine, declaração em que se reconhece “autor da parte sculptural da maquette”, executada “de acordo com os planos e desenhos do Senhor da Silva Costa” (Milione; Loureiro, 2025, p. 53). Em 26 de junho, Silva Costa formalizou escritura pública de cessão dos direitos autorais do projeto à Comissão do Monumento (Milione; Loureiro, 2025, p. 118). Segundo os autores, esses instrumentos fundamentam o regime autoral sobre o monumento, atribuindo a concepção a Silva Costa e a titularidade dos direitos à Comissão, antecessora da Ordem Arquidiocesana.

A direção das obras, a partir de 1926, coube ao engenheiro Heitor Levy (Alvarez, 2021), cujo trabalho produziu corpus documental específico: a planta do terreno do alto do Corcovado, desenhada por ele próprio, e anotações lançadas em fotografias e em exemplar da edição especial de *O Cruzeiro* de 17 de outubro de 1931, documentação registrada em reportagem de *O Globo* por ocasião do cinquentenário do monumento (No alto..., 1981, p. 16) e mantida sob a guarda da família do engenheiro. A esse corpus soma-se o pergaminho com a árvore genealógica de sua família, depositado no interior do coração da estátua (Giumbelli, 2014; Machado, 1997), peça fisicamente integrada à matéria do monumento.

O revestimento em tesselas de pedra-sabão foi preparado, em grande parte, por mãos femininas, na residência de Mons. Luiz Gonzaga do Carmo, vigário da Glória, e em escolas, asilos e recolhimentos aos quais as peças foram distribuídas. Em discurso publicado na semana da inauguração, Silva Costa registra os “nomes inscritos no verso das pedrinhas”, que ficariam cimentados no corpo da estátua (Costa, 1931, p. 3), informação retomada pela literatura (Giumbelli, 2014; Machado, 1997). Segundo o mesmo discurso, as peças eram

ajustadas em grandes folhas de papel, e não em faixas de tecido, como registram outras fontes. Não localizamos registro sistemático das inscrições. Seu exame conceitual é objeto da seção 5.

A inauguração, em 12 de outubro de 1931, contou com a presença do chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, do Cardeal Sebastião Leme e de autoridades civis, militares e eclesiásticas (A Noite, 13 out. 1931; Correio da Manhã, 13 out. 1931; O Globo, 13 out. 1931). Poucos meses antes, em 19 de agosto de 1931, a Comissão do Monumento dera lugar à Ordem Arquidiocesana do Cristo Redentor, associação civil destinada à conservação do monumento (Brasil, 1964; Milione; Loureiro, 2025, p. 65). A Ordem foi posteriormente extinta, e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro passou a figurar como sucessora de seus bens e direitos (Brasil, 1964). A cadeia é arquivisticamente relevante como sucessão de produtores: Comissão e Ordem constituem fundos fechados, cuja custódia passou às entidades sucessoras.

O reconhecimento patrimonial estatal produziu outro estrato documental. O monumento foi tombado em nível federal, em caráter compulsório, no processo nº 1478-T-2001, com inscrição no Livro do Tombo Histórico, volume II, folha 93, sob o nº 585, em 30 de setembro de 2008, figurando como proprietária a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, conforme certidão do Iphan reproduzida em fac-símile por Milione e Loureiro (2025, p. 130). A esse registro somam-se a eleição entre as “novas sete maravilhas do mundo” em votação popular internacional, em 2007, e a integração à paisagem cultural carioca inscrita pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial em 2012. As sucessivas campanhas de restauração produziram, cada uma, seu próprio corpus técnico. A elevação do monumento à condição de Santuário Arquidiocesano, por decreto do Cardeal Eusébio Oscar Scheid, por ocasião do 75º aniversário da inauguração, em 2006 (Cristo..., 2021), inaugura camada institucional adicional, no âmbito da qual se constituiu o Núcleo de Acervo e Memória do Santuário.

Do “acervo do Cristo Redentor” aos fundos: o problema da proveniência

A expressão “acervo do Cristo Redentor”, corrente no uso institucional e na literatura, requer precisão terminológica. O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (Arquivo Nacional, 2005) distingue acervo, os documentos de uma entidade produtora ou custodiadora; fundo, o conjunto de documentos de uma mesma proveniência; e coleção, o conjunto reunido artificialmente em função de característica comum. À luz dessas definições, o que a expressão designa não é fundo, nem acervo de uma entidade, nem coleção: é um universo documental reunido pela referência comum a um bem cultural e composto por documentos que pertencem, pela proveniência, a fundos de produtores distintos.

O princípio da proveniência, na formulação clássica de Duchein (1982/1986), impõe que os documentos de um produtor não sejam misturados aos de outros; o próprio autor reconhece, contudo, a dificuldade de delimitar o produtor quando competências se transferem entre entidades. Cook (1993) desloca o problema ao tratar o fundo como construção intelectual, e não como agregado físico: o que importa é a relação entre o produtor e seus documentos, independentemente de onde estejam custodiados. Hurley (2005) avança ao propor a noção de proveniência paralela, segundo a qual um mesmo conjunto pode ser descrito em relação a múltiplos produtores simultâneos. Essas formulações descrevem com precisão o caso examinado, cuja documentação se distribui, pela proveniência, em cinco grupos.

O primeiro grupo reúne os fundos institucionais dos produtores diretos: a Comissão do Monumento e a Ordem Arquidiocesana, fundos fechados, e o Santuário, fundo aberto. A sucessão da Ordem extinta pela Mitra

Arquiepiscopal (Brasil, 1964) ajuda a explicar a presença dos instrumentos de 1925 no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro; os estatutos e parte das atas da Ordem encontram-se no Núcleo de Acervo e Memória, e não localizamos seus registros contábeis. A distribuição da documentação da Comissão entre a Cúria e a entidade que lhe sucedeu é, ela própria, dado arquivístico: sugere que a sucessão de produtores não foi acompanhada de transferência integral da custódia. O segundo grupo reúne documentos inseridos em fundos de produtores mais amplos, nos quais o monumento é assunto, e não finalidade, como o processo de tombamento, no Iphan. A consulta ao SIAN, do Arquivo Nacional, e a pesquisa presencial no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro não localizaram documentação relativa ao projeto e à construção.

O terceiro grupo compreende os arquivos pessoais de Heitor da Silva Costa, Heitor Levy, Paul Landowski e Albert Caquot, arquivos em sentido pleno, e não coleções, conforme sustenta Camargo (2009). A esse grupo pertence também o livro de assinaturas de 1921-1922, que integra, no Arquivo do Museu da República, o Fundo Epitácio Pessoa: pela proveniência, situa-se no arquivo pessoal do presidente que o recebeu, e não no da campanha que o produziu, o que ilustra a distinção entre produção e acumulação que define o fundo. A Collection Paul Landowski, na França, conserva documentação relativa ao projeto, inclusive desenho de Carlos Oswald; a documentação de Heitor Levy permanece sob a guarda de sua família; a custódia da documentação de Caquot não foi identificada. O quarto grupo reúne as fontes hemerográficas, como o Correio da Manhã, o Jornal do Commercio, O Globo e O Cruzeiro, de natureza bibliográfica, e não arquivística, embora exemplares anotados, como o de Levy, adquiram estatuto de documento de arquivo pessoal. O quinto grupo compreende a documentação nato-digital gerada no âmbito do projeto Olhar do Redentor e custodiada pelo Instituto Redemptor, realizador do projeto, o que a

situa, pela proveniência, no fundo do Instituto, e não no do Santuário, distinção com consequência direta sobre sua custódia e preservação.

Duas consequências decorrem desse reordenamento. A primeira é que a unidade do universo documental do monumento é temática, e não arquivística, não podendo ser produzida por reunião física sem violação da proveniência. A segunda é que o instrumento adequado à sua representação é o guia temático de fontes, categoria de instrumento de pesquisa que Bellotto (2006) descreve como capaz de articular informações sobre conjuntos custodiados por instituições distintas. O Quadro 1 constitui esboço preliminar desse instrumento.

Quadro 1 - Conjuntos documentais relacionados ao Monumento ao Cristo Redentor

Conjunto documental	Produtor	Custodiador	Nível	Fonte da informação
Anúncio da Casa Raffl com o projeto de 1888	Casa Raffl (Verrebout, sucessor)	<i>Almanak Laemmert</i> para 1889, p. 1716	2	Nedehf (2006, p. 274)
Registros da comissão de 1888	Comissão de 1888	Não localizado	—	—
Prólogo a <i>A Imitação de Cristo</i> (1903)	Pierre Marie Boss	Biblioteca dos Lazaristas no Caraça (MG)	1	Consulta direta
Livro de assinaturas da campanha de 1921-1922	Campanha das mulheres católicas; acumulado por Eptácio Pessoa	Arquivo do Museu da República (Fundo Eptácio Pessoa)	1	Consulta direta

Notícias do lançamento da pedra fundamental (1922)	Imprensa	<i>A Noite; Correio da Manhã; Jornal do Commercio</i>	1	Consulta direta
Apurações diárias da Semana do Monumento, por paróquia (1923)	Comissão do Monumento (publicadas na imprensa)	<i>Correio da Manhã</i>	1	Consulta direta
Registros contábeis originais da Comissão	Comissão do Monumento	Não localizado	—	—
Declaração de Paul Landowski (1925)	Paul Landowski	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro	2	Milione e Loureiro (2025, p. 53)
Escritura de cessão de direitos autorais (1925)	Heitor da Silva Costa / ofício de notas	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro	2	Milione e Loureiro (2025, p. 118)
Desenho de Carlos Oswald	Carlos Oswald	Collection Paul Landowski (França)	2	Collection Paul Landowski ([20–])
Documentação técnica de Albert Caquot	Albert Caquot	Não identificado	3	Kerisel e Kerisel (2001)
Planta do terreno e anotações de Heitor Levy	Heitor Levy	Família de Heitor Levy (acervo privado)	3	<i>O Globo</i> (11 out. 1981, p. 16)
Pergaminho genealógico no coração da estátua	Heitor Levy	Incorporado ao monumento	3	Machado (1997); Giumbelli (2014)

Inscrições no verso das tesselas	Voluntárias (Glória, escolas, asilos)	Incorporadas ao monumento; não verificadas materialmente	1	Costa (1931, p. 3); Machado (1997)
Estatutos e parte das atas da Ordem Arquidiocesana	Ordem Arquidiocesana do Cristo Redentor	Núcleo de Acervo e Memória do Santuário	1	Consulta direta
Registros contábeis da Ordem Arquidiocesana	Ordem Arquidiocesana do Cristo Redentor	Não localizado	—	—
Atos do Estado relativos ao projeto	Órgãos do Estado	Arquivo Nacional: não localizados	—	Consulta ao SIAN sem resultado
Documentação administrativa municipal	Administração municipal	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: não localizados	—	Pesquisa presencial sem resultado
Certidão de tombamento	Iphan	Fac-símile publicado	2	Milione e Loureiro (2025, p. 130)
Processo de tombamento nº 1478-T-2001	Iphan	Arquivo Central do Iphan	3	Identificado a partir da certidão
Reportagem do cinquentenário (1981)	<i>O Globo</i>	Periódico	1	Consulta direta; testemunho retrospectivo
Documentação nato-digital do Olhar do Redentor	Instituto Redemptor	Instituto Redemptor	1	Pesquisa direta

Fonte: Elaboração própria.⁴

Gestão de documentos e identificação arquivística em universo documental disperso

A reflexão arquivística das últimas décadas reconhece a gestão de documentos como função estruturante, e não preliminar, do trabalho arquivístico (Bellotto, 2006; Indolfo, 2007), cuja efetividade depende de políticas públicas e marcos regulatórios (Jardim, 2006) e cuja vinculação orgânica às demais funções é destacada por Couture e Rousseau (1998).

A aplicação do conceito ao caso exige, contudo, precisão prévia. A Lei nº 8.159/1991 define gestão de documentos como o conjunto de procedimentos referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária. Em sentido estrito, portanto, o conceito aplica-se à documentação que o Santuário e o Instituto Redemptor produzem no presente, e não à documentação histórica dispersa. Para esta, o tratamento cabível é o dos arquivos permanentes, com arranjo e descrição (Bellotto, 2006), precedido de operação que a literatura brasileira recente tem tratado como função arquivística autônoma: a identificação (Rodrigues, 2011), estudo analítico do produtor, de suas competências e dos tipos documentais que produz, que permite reconhecer a proveniência de documentos dispersos antes de qualquer arranjo.

O modelo do records continuum (Upward, 1996) oferece o enquadramento que articula esses dois regimes. Ao conceber criação, captura, organização e pluralização como dimensões simultâneas, e não como fases sucessivas, o modelo permite pensar num mesmo quadro a documentação corrente do

⁴ Níveis de verificação: 1) consultado diretamente; 2) identificado em instrumento de pesquisa ou reprodução publicada com origem identificada; 3) referido pela literatura, sem confirmação de localização ou custódia.

Santuário e a identificação retrospectiva dos fundos históricos. Isso não invalida o ciclo vital proposto por Schellenberg (2006), que permanece operatório para a documentação corrente; em universos de múltipla proveniência e longa duração, porém, a linearidade das três idades não dá conta da convivência entre documentos em produção e documentos cuja proveniência ainda está sendo reconstituída. Cada tradição dá conta, assim, de dimensão distinta do caso, e o artigo não adota nenhuma como enquadramento exclusivo.

A essa discussão técnica soma-se uma dimensão crítica. Cook e Schwartz (2002) sustentam que as práticas arquivísticas não são neutras: avaliar, arranjar e descrever são atos que configuram a memória social e reproduzem hierarquias institucionais. Jardim (1996) formula argumento convergente para os arquivos públicos brasileiros, ao tratar a memória arquivística como construção, e não como dado. Crítica análoga tem sido desenvolvida no campo museológico, em chave situada, por Lopes, Padilha e Ladeia (2021). Para o caso examinado, a consequência é direta: a articulação entre custodiadores dispersos não é apenas problema de compatibilidade técnica entre padrões descritivos, porque os padrões e as práticas de cada instituição veiculam a posição que o monumento ocupa em sua missão, seja como objeto de devoção, bem tombado, peça de acervo ou fonte histórica.

Propõe-se aqui distinguir analiticamente duas situações: a gestão ausente, em que documentos são acumulados sem tratamento sistemático, e a gestão fragmentada, em que diferentes instituições aplicam, isoladamente, padrões próprios a porções de um universo documental que, do ponto de vista do bem cultural, demandaria representação articulada. A distinção, proposta pelo autor, dialoga com a noção de proveniência paralela de Hurley (2005). O caso configura predominantemente a segunda situação. Cada custodiador opera segundo lógica coerente com sua missão e seu marco regulatório; o problema

não está na qualidade das gestões individuais, mas na ausência de articulação entre elas.

Não se trata de propor a centralização da custódia, operação inviável juridicamente e indesejável arquivisticamente, pois violaria a proveniência e desvincularia cada conjunto de seu contexto de produção. Trata-se de identificar os mecanismos de articulação sem centralização que a normalização arquivística já oferece: a descrição multinível segundo a NOBRADE (Conarq, 2006), que assegura compatibilidade entre descrições produzidas por custodiadores distintos; os registros de autoridade segundo a ISAAR(CPF) (Conselho Internacional de Arquivos, 2004), que permitem vincular a um mesmo produtor documentos custodiados em instituições diferentes, como os de Silva Costa, Levy ou da Comissão do Monumento; e a descrição das próprias instituições custodiadoras segundo a ISDIAH (Conselho Internacional de Arquivos, 2009). Articulados em plataforma de descrição compartilhada, esses instrumentos permitiriam aquilo que Cook (1993) designa como abordagem pós-custodial: a representação intelectual unificada de conjuntos fisicamente dispersos.

É nesse quadro que se situa o trabalho em curso no Núcleo de Acervo e Memória do Santuário. Parcela significativa da documentação arquidiocesana relativa ao monumento encontra-se distribuída entre o Arquivo da Cúria Metropolitana e o Núcleo, e seu processo de localização configura, em sentido próprio, identificação arquivística aplicada a fundo em constituição: combina estudo do produtor, reconhecimento de tipos documentais, classificação preliminar e planejamento da custódia, sobre conjunto cuja delimitação ainda está sendo construída pela pesquisa. Dessa etapa depende a possibilidade de preservação qualificada, tema da seção seguinte.

Preservação: da conservação dos suportes à delimitação da camada documental embutida

A noção contemporânea de preservação arquivística rompe com a redução do conceito à conservação material dos suportes: a integridade dos documentos depende igualmente de identificação, descrição e contextualização (Hollós, 2006) e, no caso dos documentos digitais, mais da qualidade da gestão do que da estabilidade dos suportes (Innarelli, 2011), abordagem consolidada pelo Conarq na Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital e na Resolução nº 43/2015.

Aplicada ao universo documental do monumento, essa concepção enfrenta dois desafios: o material, dada a diversidade de suportes, da papelaria ácida do início do século XX às fotografias; e o contextual, pois, pertencendo os documentos a fundos de proveniências distintas, a preservação do vínculo com seu produtor é condição de seu valor arquivístico, aquilo que Duranti (1994) designa como vínculo arquivístico, a relação que une cada documento aos demais documentos da mesma atividade.

A camada documental embutida: delimitação conceitual

As inscrições no verso das tesselas, registradas por Silva Costa em 1931 (seção 3.1), não foram objeto de registro sistemático nem de verificação material documentada que tenhamos localizado. A noção desenvolvida a seguir constitui, portanto, proposição teórica sobre configuração documentalmente atestada, e não resultado de exame direto.

A pergunta conceitual é se tais inscrições constituem documentos e, em caso afirmativo, em que sentido. A tradição da Ciência da Informação oferece resposta ampla. Buckland (1997) sustenta que o estatuto de documento não depende da forma do objeto, mas de sua condição de evidência organizada e

interpretável; Yeo (2007) propõe entender o registro como representação persistente de atividades. Sob ambas as formulações, as inscrições são documentos: representações persistentes de um ato, a participação individual na construção, e de um vínculo, o familiar, fixadas em suporte material.

A tradição arquivística estrita impõe exigência adicional. Para Duranti (1994), o documento de arquivo define-se pela produção no curso de uma atividade e pelo vínculo orgânico com os demais documentos dessa atividade, no interior do fundo de um produtor. As inscrições não satisfazem esse critério: não foram produzidas por entidade no exercício de suas funções, não integram série documental e não mantêm vínculo com os registros da Comissão do Monumento. São, portanto, documentos em sentido amplo, mas não documentos de arquivo em sentido estrito.

Essa distinção é o núcleo da contribuição aqui proposta. Por camada documental embutida na obra construída designam-se as inscrições que atendem cumulativamente a quatro critérios: (i) intencionalidade informacional, isto é, inscrições deliberadas, portadoras de informação sobre pessoas, vínculos ou atos; (ii) coprodução com o bem, isto é, produção no curso da própria atividade construtiva que o bem cultural materializa; (iii) incorporação física, isto é, integração à matéria do bem de tal modo que sua separação comprometeria o registro, o bem, ou ambos; e (iv) acessibilidade condicionada, isto é, leitura possível apenas em momentos de intervenção sobre o bem.

A consequência arquivística decorre do terceiro e do quarto critérios. Como as inscrições não podem ser recolhidas, descritas ou consultadas como documentos autônomos, o objeto efetivamente passível de tratamento arquivístico é a documentação derivada: fotografias, transcrições, levantamentos tridimensionais e relatórios produzidos pelo custodiador do bem nas intervenções de conservação. Essa documentação derivada, ao

contrário das inscrições, possui produtor identificável e vínculo arquivístico, e integra o fundo de quem a produz. A camada embutida constitui, assim, configuração em que o documento de origem permanece fora do alcance do tratamento arquivístico e só ingressa no arquivo por meio de sua representação.

A delimitação ganha precisão pelo contraste com três categorias vizinhas. As marcas de canteiro, inscritas por artífices nas peças de construção e amplamente estudadas na arquitetura medieval (Charréu, 1995, 1997), assemelham-se às inscrições do Cristo pela incorporação física, mas distinguem-se pela função: são marcas de identificação profissional, de contabilidade ou de montagem, produzidas no interior de uma organização do trabalho, e não registros de vínculos pessoais. Os depósitos de fundação e as cápsulas do tempo, também incorporados à obra, distinguem-se por constituírem objetos autônomos, separáveis do bem e, no caso das cápsulas, concebidos para abertura futura. A epigrafia monumental, por fim, distingue-se pela publicidade, oposta à ocultação que caracteriza a camada embutida.

O pergaminho com a árvore genealógica da família Levy, depositado no interior do coração da estátua (Giumbelli, 2014; Machado, 1997), situa-se na fronteira dessas categorias. Partilha com as inscrições das tesselas a coprodução com o bem e a inacessibilidade, mas aproxima-se do depósito de fundação pela autonomia do objeto e pela singularidade autoral. Propõe-se tratá-lo como caso-limite, que confirma a pertinência da categoria ao mesmo tempo que marca sua fronteira.

As dimensões do patrimônio propostas por Gonçalves (2005), subjetividade, materialidade e ressonância, e a antropologia material da religião (Giumbelli, 2020; Meyer, 2019) esclarecem o valor cultural dessas inscrições; o que a noção aqui proposta acrescenta é a consequência especificamente arquivística desse valor.

Dessa delimitação decorre uma proposição prática: a preservação da camada embutida requer protocolo que integre a conservação material do revestimento, a documentação sistemática das inscrições eventualmente identificadas em intervenções e a custódia dessa documentação derivada como conjunto arquivístico próprio, com descrição que explicita sua relação com o bem de origem. Na ausência desse protocolo, cada intervenção de restauração constitui oportunidade de registro que se perde. Não localizamos, até o momento, documentação que indique se inscrições foram observadas e registradas nas restaurações já realizadas.

Preservação de documentos com valor probatório vigente

Os instrumentos jurídico-autorais de 1925, a declaração de Landowski e a escritura de cessão de Silva Costa, constituem um estrato particular. Na formulação de Duranti (1994), documentos de arquivo são provas de ação. Enquanto na maior parte do universo documental do monumento o valor probatório tornou-se histórico, esses instrumentos continuam a ser mobilizados como prova do regime de uso, reprodução e licenciamento da imagem do monumento (Milione; Loureiro, 2025). Sua preservação exige, além da conservação material, garantia de autenticidade e controle da cadeia de custódia, pois são documentos passíveis de mobilização em litígio.

Preservação digital

A preservação digital de longo prazo constitui a frente mais aguda no caso examinado, em razão do projeto Olhar do Redentor. A literatura especializada (Innarelli, 2011; Rondinelli, 2005) e os referenciais normativos, em especial o modelo OAIS, adotado no Brasil como Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (ABNT, 2021), e a Resolução nº 43/2015 do CONARQ sobre repositórios arquivísticos digitais confiáveis, convergem na identificação das

vulnerabilidades próprias dos documentos digitais, da obsolescência tecnológica à exigência de mecanismos de comprovação de autenticidade.

O projeto gera duas classes de objetos digitais que requerem regimes distintos. A primeira é a documentação arquivística nato-digital, que se subdivide em documentação de produção (roteiros, fichas de pesquisa, registros de produção audiovisual) e documentação operacional (planejamento, relatórios, prestação de contas); ambas pertencem ao fundo do Instituto Redemptor e demandam preservação em repositório confiável. A segunda é constituída pelos produtos de mediação patrimonial (ambientes de realidade virtual e aumentada, episódios de podcast, materiais educativos), cuja natureza se aproxima da publicação e cuja preservação depende tanto dos arquivos-fonte quanto das condições tecnológicas de execução, o que torna os ambientes imersivos especialmente vulneráveis.

A preservação revela-se, assim, operação simultaneamente técnica, conceitual e institucional: técnica, porque mobiliza protocolos especializados; conceitual, porque enfrenta configurações que escapam às categorias tradicionais, como a camada documental embutida; institucional, porque depende da articulação entre produtores e custodiadores discutida na seção 4.

Acesso, difusão e mediação: entre o público e o privado

O acesso aos documentos de arquivo articula três planos, o jurídico-institucional, o técnico-arquivístico e o da difusão, cuja articulação distingue o acesso formal, limitado à disponibilização passiva, do acesso substantivo, que torna a documentação significativa para públicos diversos.

O plano jurídico: regimes de acesso em universo de múltipla proveniência

O título deste artigo nomeia o problema central do plano jurídico: o universo documental do monumento distribui-se entre fundos públicos e privados, e cada regime obedece a marcos distintos. A documentação custodiada pelo Iphan e pelo Museu da República submete-se à Lei nº 12.527/2011, que estabelece o acesso como regra e o sigilo como exceção. A documentação custodiada pela Cúria Metropolitana e pelo Santuário, assim como a produzida pelo Instituto Redemptor, tem natureza privada, e seu acesso rege-se, de um lado, pela Lei nº 8.159/1991, cujos artigos 11 a 16 disciplinam os arquivos privados, e, de outro, pelo direito canônico: o Código de Direito Canônico regula a custódia e a consulta dos arquivos diocesanos (Igreja Católica, 1983, cân. 486-491), e a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja (1997) recomenda sua abertura à pesquisa.

Dois dispositivos da Lei nº 8.159/1991 merecem atenção. O artigo 12 prevê que arquivos privados sejam identificados pelo poder público como de interesse público e social, o que os submete a obrigações de preservação sem alterar sua titularidade. O artigo 16 atribui esse estatuto aos registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos antes da vigência do Código Civil de 1916, dispositivo que alcança apenas registros civis, e não a documentação relativa ao monumento. Não localizamos declaração de interesse público e social incidente sobre os fundos eclesiásticos examinados; essa declaração constituiria, contudo, instrumento jurídico disponível para assegurar a preservação da documentação privada sem transferência de custódia, coerente com a abordagem pós-custodial discutida na seção 4.

A situação do projeto Olhar do Redentor exige cautela. A Lei nº 12.527/2011 (art. 2º) estende-se a entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, quanto à parcela desses recursos; se e em que medida o financiamento por lei estadual de incentivo à cultura atrai essa incidência é questão jurídica que ultrapassa o escopo deste artigo e que aqui se registra

como ponto em aberto. A esses regimes soma-se o dos direitos autorais, que incide não sobre o acesso aos documentos, mas sobre a reprodução da imagem do monumento, e que condiciona, portanto, as formas de difusão.

A condição resultante pode ser caracterizada como acesso fragmentado, correlato, no plano do acesso, da gestão fragmentada descrita na seção 4. Sua superação não depende de unificação de regimes, juridicamente impossível, mas da representação articulada dos conjuntos em instrumento de pesquisa comum, com indicação explícita do regime de acesso de cada um, como propõe o Quadro 1.

Difusão e mediação: o projeto Olhar do Redentor

Bellotto (2006) situa a difusão cultural e educativa entre as funções dos arquivos permanentes; Cook e Schwartz (2002) lembram que ela não é transmissão neutra, pois, pela seleção de documentos e por sua organização em narrativas, participa da construção da memória.

É nesse quadro que se inscreve o projeto Olhar do Redentor, lançado em 2025 pelo Instituto Redemptor e pelo Santuário Arquidiocesano Cristo Redentor, com patrocínio da Claro e do Governo do Estado do Rio de Janeiro por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. O projeto articula plataforma imersiva em realidade virtual e aumentada, podcasts, oficinas educativas e ações itinerantes, com audiodescrição, tradução em Libras e conteúdos em múltiplos idiomas. Seu interesse arquivístico não reside no uso de tecnologias imersivas, crescentemente adotadas por instituições patrimoniais, mas em três aspectos: é dispositivo de difusão, que torna documentos do universo do monumento acessíveis a públicos que não consultariam os custodiadores; é produtor de novo acervo, nas duas classes descritas na seção 5.3; e é dispositivo de mediação, que intervém na construção contemporânea do significado do monumento.

A acessibilidade, concebida desde o desenho do projeto e não agregada posteriormente, atualiza a ressonância do bem cultural (Gonçalves, 2005) para públicos cuja relação com ele se daria, de outro modo, apenas em chave turística ou devocional.

Essa dupla existência do universo documental, como conjunto custodiado e como matéria de mediação, suscita três questões para pesquisa futura: em que medida a mediação recoloca demandas de identificação e descrição sobre os custodiadores, ao expor publicamente documentos antes restritos à circulação especializada; como articular o rigor da pesquisa arquivística à liberdade narrativa que a mediação requer, de modo que a distinção entre documento e interpretação permaneça visível ao público; e como assegurar a continuidade de projetos financiados por ciclos de incentivo e dependentes de infraestrutura tecnológica em evolução.

A interdependência das funções

O caso permite, por fim, retomar a proposição que orienta o artigo: o acesso substantivo a um documento depende de sua preservação material e contextual, que depende da identificação e da descrição que reconheceram sua proveniência, as quais, por sua vez, só ganham sentido pleno quando orientadas pela possibilidade de acesso. As três funções operam, assim, como dimensões simultâneas de uma mesma operação, na linha do *records continuum* (Upward, 1996).

Considerações finais

Este artigo examinou, a partir do universo documental relativo ao Monumento ao Cristo Redentor, como se articulam gestão, preservação e acesso quando o objeto arquivístico não corresponde a um fundo delimitado, mas a documentos de múltipla proveniência reunidos pela referência comum a um bem cultural. A análise sustenta a proposição de que, nessa configuração, as três funções

operam em regime de interdependência, e não em sequência. A proposição apoia-se no caso, e não é apresentada como resultado generalizável.

As contribuições do trabalho situam-se em três planos. No plano descritivo, o mapeamento exploratório sintetizado no Quadro 1 reordena, à luz do princípio da proveniência, o que a expressão “acervo do Cristo Redentor” reúne sob designação única, e indica o guia temático de fontes como instrumento adequado à sua representação. No plano conceitual, o artigo propõe a distinção entre gestão ausente e gestão fragmentada, em diálogo com a noção de proveniência paralela (Hurley, 2005), e delimita a noção de camada documental embutida na obra construída por quatro critérios cumulativos e pelo contraste com categorias vizinhas, precisando sua consequência arquivística: o documento de origem só ingressa no arquivo por meio da documentação derivada. No plano metodológico, a escala de níveis de verificação e a explicitação da inserção institucional do autor procuram tornar visível, a cada passo, a distinção entre evidência, interpretação e proposição. O caráter exploratório do mapeamento impõe limites que convém registrar. Parte dos conjuntos foi identificada apenas em reproduções publicadas ou na literatura, e algumas lacunas, como a documentação técnica de Caquot, a execução da estátua encomendada em 1888 e os registros contábeis originais da Comissão, permanecem em aberto. Essas lacunas integram, elas próprias, o universo documental do monumento.

A agenda de pesquisa que o trabalho abre compreende a elaboração de guia temático de fontes com registros de autoridade dos principais produtores, a verificação sistemática da imprensa do período de 1888 a 1931, a localização da documentação técnica de Albert Caquot, a formulação de protocolo de registro das inscrições identificadas em futuras intervenções de conservação e de política de preservação digital para o projeto Olhar do Redentor, e o exame comparativo de configurações análogas em outros patrimônios brasileiros.

Por fim, a estratificação documental aqui identificada dialoga com a leitura de Giumbelli (2008, 2020) do monumento como objeto que assimila significações sucessivas, religiosas, cívicas, turísticas e midiáticas, sem se reduzir a nenhuma delas. Cada camada documental corresponde a um desses momentos, e sua heterogeneidade não é defeito a corrigir, mas dado constitutivo, cujo tratamento depende da articulação entre gestão, preservação e acesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A NOITE. Rio de Janeiro, 13 out. 1931.

ALVAREZ, R. **Redentor**: a biografia do Cristo de braços abertos, ilustre morador do Corcovado, orgulho do Brasil, maravilha do mundo. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14721**: sistemas espaciais de transferência de dados e de informação: sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI): modelo de referência. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOSS, P. M. Prólogo. In: TOMÁS DE KEMPIS. **A imitação de Cristo.** Tradução de Padre João de Paiva Antunes. Rio de Janeiro: Colégio da Imaculada Conceição, 1903. Não paginado.

BRASIL. Consultoria-Geral da República. **Parecer de 2 de julho de 1964, aprovado pelo Presidente da República em 6 de julho de 1964.** Processo P.R. n. 54.139-57. Bens públicos: cessão; interpretação do art. 125 do Decreto-Lei n. 9.760, de 1946. Parecerista: Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República. Brasília, 1964.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011.

BUCKLAND, Michael K. What is a "document"? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.

CHARRÉU, L. As siglas dos canteiros medievais: contributo metodológico e bibliográfico para o seu estudo. **Al-Madan**, Almada, 2. série, n. 4, p. 119-127, 1995.

CHARRÉU, L. Apontamentos de gliptografia medieval portuguesa: siglas medievais de Estremoz. **Al-Madan**, Almada, 2. série, n. 6, p. 132-138, 1997.

CHRISTO Redemptor, no Corcovado: foi lançada, esta manhã, a pedra inicial do santo monumento. **A Noite**, Rio de Janeiro, 4 out. 1922, p. 1.

COLLECTION PAUL LANDOWSKI. **Le Christ Rédempteur de Paul Landowski.** Curadoria de Elisabeth Caillet. [S. l.]: Google Arts & Culture, [20-]. Exposição virtual. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/FAWBUAa4ZltQLQ>. Acesso em: 25 set. 2026.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade

arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 43, de 4 de setembro de 2015**. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: CONARQ, 2015.

COOK, T. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**, n. 35, 1993, p. 24-37.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, n. 1-2, 2002, p. 1-19.

COSTA, H. da S. [Discurso na assembleia plenária inicial da Semana Nacional do Cristo Redentor]. **A Cruz**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 41, 11 out. 1931, p. 3.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 5 out. 1922.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 2-9 set. 1923.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 13 out. 1931.

COUTURE, C; ROUSSEAU, J. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

CRISTO Redentor: 90 anos de um símbolo do Brasil. **Vatican News**, Cidade do Vaticano, 12 out. 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2021-10/cristo-redentor-90-anos-de-um-simbolo.html>. Acesso em: 27 set. 2026.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1982 /ago. 1986, p. 14-33.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2022.

GIUMBELLI, E. A modernidade do Cristo Redentor. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2008, p. 75-105.

GIUMBELLI, E. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GIUMBELLI, E. Monumentos religiosos como um novo tipo de objeto: genealogia e atualidade de uma forma de presença católica no espaço público. **GIS: Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 5, n. 1, ago. 2020, p. 208-230.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan./jun. 2005, p. 15-36.

HOLLÓS, A. C. **Entre o passado e o futuro**: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional. 2006. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HURLEY, C. Parallel provenance: (1) what, if anything, is archival description? **Archives and Manuscripts**, v. 33, n. 1, 2005, p. 110-145.

IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico**. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul./dez. 2007, p. 28-60.

INNARELLI, H. C. Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 8, n. 2, jan./jun. 2011, p. 72-87.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1996.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006, p. 5-16.

JORNAL DO COMMERIO. Rio de Janeiro, 5 out. 1922.

KERISEL, J.; KERISEL, T. 1919-1940: le savant et le bâtisseur. **Bulletin de la Sabix**, Palaiseau, n. 28, 2001, p. 27-34. DOI: <https://doi.org/10.4000/sabix.370>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sabix/370>. Acesso em: 24 set. 2026.

LOPES, T. C. C. F.; PADILHA, R. C.; LADEIA, M. L. C. Acervo e diversidade: em busca de novas metodologias de gestão de acervos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 61, n. 17, 2021, p. 67-84.

MACHADO, M. A. **Cristo Redentor do Corcovado**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

MEYER, B. **Como as coisas importam**: uma abordagem material da religião. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

MILIONE, C; LOUREIRO, A. **Cristo Redentor**: a história dos direitos autorais do monumento. Organização do Instituto Redemptor. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025.

NEDEHF, E. A. C. **Memorial Visconde de Mauá**: arquivo e memória. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2006.

NO ALTO do Corcovado, meio século de braços abertos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 out. 1981, p. 16.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 13 out. 1931.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A função pastoral dos arquivos eclesiais**. Cidade do Vaticano, 1997.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma nova função arquivística? **Revista EDICIC**, v. 1, n. 4, out./dez. 2011, p. 109-129.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

UPWARD, F. Structuring the records continuum, part one: postcustodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, 1996, p. 268-285.

YEO, G. Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, 2007, p. 315-343.